

ADOECIMENTO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO EXTREMO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, ESTUDO TRANSVERSAL

MARIANA DIAS DE ALMEIDA¹; LAÍNE BERTINETTI ALDRIGUI²; PALOMA SAUSA LORENZATO³; SONIA REGINA DA COSTA LAPISCHIES⁴; VANDA MARIA DA ROSA JARDIM⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – almeidamarianadias@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – laineba.bertinetti.aldrigui90@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – palomalorenzatopel22@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – sonia_lapisx@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – vandamrjardim@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em busca de proporcionar qualidade de vida para a população, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) incorpora os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) para desenvolver ações que englobem as condições de vida, moradia, trabalho, lazer, educação, a fim de garantir o cuidado humanizado, coletivo e integral (BRASIL, 2012).

Essa visão sobre saúde é ampliada a partir da organização de uma equipe multiprofissional. O Agente Comunitário de Saúde (ACS), um desses profissionais, atua como um grande contingente do SUS no reconhecimento das necessidades do território, estimulando o vínculo da população com o serviço de saúde. Consequentemente, estando expostos a problemas sanitários, riscos ocupacionais e ambientais que podem resultar no seu adoecimento físico e mental (BERNARDO, GARBIN, 2011; ALMEIDA, BAPTISTA, SILVA, 2016).

Discutir o processo de adoecimento do ACS deve compreender os mesmos referencias de cuidado do SUS e considerar seus múltiplos fatores atrelados ao processo de trabalho, como território ambiental, condições de trabalho, relações interpessoais e suas particularidades.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é um recorte da pesquisa “Processo de trabalho e seus impactos na condição de saúde de agentes comunitários de saúde na região sul do Rio Grande do Sul”, realizado entre março de 2016 a abril de 2017, com 599 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) pertencentes a 21 municípios da 21^a Região de Saúde o Estado do Rio Grande do Sul, com exceção de Capão do Leão.

O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, sob parecer nº 51684015.1.0000.5316. Todos os entrevistados consentiram em participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A construção do banco se deu no software Microsoft Office Excel 2007 e as análises foram conduzidas com o pacote estatístico Stata 11.1. Para este estudo, avaliou-se a questão “Você consultou nos últimos 6 (seis) meses?” (0) não (1) sim. Entre os possíveis motivos das consultas, selecionou-se como questão desfecho a opção “doença”. Como variáveis independentes incluiu-se dados sóciodemográficos (sexo, idade, cor, estado civil, filhos, renda), problemas de saúde diagnosticados por profissionais, referir dores de cabeça, tremores nas mãos, estar nervoso, tenso e preocupado (no último mês), tristeza, chorado mais que o costume, sentindo-se

sem valor, que já pensaram em acabar com a própria vida, capacitações, treinamentos continuados e condições de trabalho. Utilizou-se p-valor significativo menor que 0,05 para realização da análise bivariada entre a questão de interesse e as variáveis independentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prevalência de consultas por motivo de doenças ocorreu em 40,7% (244) dos ACS participantes deste estudo. A amostra apresentou predomínio feminino (88,3%; n=529), com faixa etária entre 21 a 45 anos (78,6%; n=470), de cor branca (77,8%; n=450), com companheiros (61,8%; n=370), filhos (76,5%; n=457), com renda familiar de até 3 salários mínimos (73,6%; n=437). Não houve associação significativa do motivo das consultas com os dados anteriores.

Identifica-se associação significativa do adoecimento dos ACS com diagnóstico de transtorno depressivo (68,2%; p=0,000), transtorno de ansiedade (57,3%; p=0,000), insônia (57,7%; p=0,003), dor na coluna vertebral (53,8%; p=0,000), dores de cabeça frequentes (51,0%; p=0,000), que apresentam tremores nas mãos (62,1%; p=0,000), preocupados, nervosos e/ou tensos (47,4%; p=0,000), referem-se tristes (47,8%; p= 0,003), chorado mais que o costume (51,1%; p=0,004), sentem-se sem valor (57,9%; p=0,005), falta de capacitações e treinamentos continuados (53,9%; p=0,012), relatam piora nas condições de trabalho (48,4%; p=0,013) e que já pensaram em acabar com a própria vida (57,4%; 0,005).

Camelo et al (2012) em sua revisão integrativa com 15 artigos publicados entre o período de 2004 a 2010 demonstra a existência de formas de adoecimento pelo trabalho em ACS, sendo 16% relacionadas a saúde psíquica (transtornos mentais comuns).

Uma pesquisa realizada com 231 ACS no município de Montes Claros, com caracterização sociodemográfica similar a este estudo: predomínio feminino (85,3%), com idade menor que 40 anos (72,3%), com companheiros (52,8%), autodeclarados de cor branca (81,8%), com renda familiar mensal inferior a 4 salários mínimos (80,5%), apresentou prevalência de 41,6% de transtornos mentais comuns associadas a relatos de problemas de saúde (SANTOS et al, 2017).

Autores associam as condições desfavoráveis de trabalho, como riscos ocupacionais e ambientais com a exaustão emocional e surgimento de dores musculoesqueléticas, resultando em baixo escore de qualidade de vida, consequentemente aumentando a procura por ajuda profissional (BERNARDO, GARBIN, 2011;). O alto índice de adoecimento mental em ACS também é associado. Com as angústias geradas no dia a dia pela comunidade, a falta de espaços alternativos para discussão desses casos, a falta de supervisão do enfermeiro que oriente sobre à conduta do ACS frente as dificuldades encontradas no território, o que faz com que eles desenvolvam estratégias individuais para enfrentamento dessas angústias, uma delas é a utilização de medicamentos (SILVA, MENEZES, 2008; CREMONESI, MOTTA, TRAESEL, 2013;). É necessário considerar a reabilitação psicossocial de pessoas com problemas de saúde mental no mercado de trabalho, o que pode resultar na prevalência de diagnósticos psiquiátricos nas análises apresentadas (BERNARDO, GARBIN, 2011).

4. CONCLUSÕES

Os resultados encontrados e os estudos científicos citados apontam a exposição aos riscos e o adoecimento do ACS no trabalho. Enfatiza-se a necessidade de efetivação da política de saúde do trabalhador incorporada às práticas e ambiente de trabalho como uma ferramenta essencial a prevenção e tratamento dos problemas de saúde mental nos trabalhadores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. S.; BAPTISTA, P. C. P.; SILVA, A. Cargas de trabalho e o processo de desgaste em Agentes Comunitários de Saúde. **Revista Escola Enfermagem da USP**, São Paulo, v.50, n.1, p.93-100, 2016. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/reeusp/.../pt_0080-6234-reeusp-50-01-0095.pdf > Acesso em: 23 agos. 2018.

BERNARDO, M. H.; GARBIN, A.C. A atenção à saúde mental relacionada ao trabalho no SUS: desafios e possibilidades. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, São Paulo, v.36, n.103, p.103-117, 2011. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572011000100010> Acesso em: 23 agos. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:< <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf> > Acesso em: 23 agos. 2018.

CAMELO, S. H. H.; GALON, T.; MARZIALE, M. H. P. Formas de adoecimento pelo trabalho dos agentes comunitários de saúde e estratégias de gerenciamento. **Revista de Enfermagem UERJ**, v.20, n.1, p.661-667, 2012. Disponível em:< <file:///C:/Users/Bruce/Downloads/5967-21864-1-PB.pdf> > Acesso em: 23 agos. 2018.

CREMONESI, G. R.; MOTTA, R. F.; TRAESEL, E. S. Implicações do trabalho na saúde mental dos Agentes Comunitários de Saúde. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v.16, n.2, p.279-293, 2013. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000200010> Acesso em: 23. agos. 2018.

SANTOS, A. M. V. S.; LIMA, C. A.; MESSIAS, R. B.; COSTA, F. M.; BRITO, M. F. S. F. Transtornos mentais comuns: prevalência e fatores associados entre agentes comunitários de saúde. **Cadernos Saúde Coletiva**, v.25, n.2, p. 160-168, 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n2/1414-462X-cadsc-1414-462X201700020031.pdf>> Acesso em: 23 agos. 2018.

SILVA, A. T. C. MENEZS, P. R. Esgotamento profissional e transtornos mentais comuns em agentes comunitários de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v.42, n.5, p. 921-929, 2008. Disponível em:<

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000500019 >
Acesso em: 23 agos. 2018.